



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VN DE MILFONTES

ATA Nº 8/2015

Data da reunião ordinária: 28-12-2015

Início da reunião: 20:55 h

Fim da reunião: 02:33 h

Membros da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que comparecem à reunião:

Presidente: MÁRIO ALBERTO FELICIANO INÁCIO

Membros:

ANTÓNIO MIGUEL BANZA GOMES FRIEZA
BRUNO RIBEIRO FERREIRA DOS REIS CABECINHA
EUFÉMIA JOSÉ PARREIRA PEREIRA COSTA
FRANCISCO ANTÓNIO CAETANO LAMPREIA
JOSÉ GABRIEL RODRIGUES OPANASHCHUK LOURENÇO
MANUEL TOMÁSIA DOMINGOS
MARIA JOSÉ MARTINS GUERREIRO CHAVES
SUSANA FERREIRA DA SILVA

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: MÁRIO ALBERTO FELICIANO INÁCIO

Cargo: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES

ATA NÚMERO OITO

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e quinze, teve lugar na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

1- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

2- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) – Leitura, discussão e aprovação das atas das sessões de 29-09-2015 e 27-10-2015;
- b) – Leitura do expediente;
- c) – Apreciação de assuntos de interesse para a Freguesia.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) – Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, apreciação;
- b) - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016, apreciação e deliberação;
- c) - Protocolo a celebrar com a PT, apreciação e deliberação;
- d) – Regulamento do Concurso Bebés de Milfontes/2016, apreciação e deliberação;
- e) – Regulamento de Utilização do Pavilhão Raul Vicente, em Alagoachos, apreciação e deliberação;
- f) – Cessação do contrato de arrendamento do terreno do Parque de Campismo, apreciação e deliberação;
- g) – Informação sobre as obras de remodelação dos balneários da Avenida Marginal, apreciação;

- h) – Informação sobre os resultados do Orçamento Participativo/2015, apreciação.

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

ABERTURA DA SESSÃO

Pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, e depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, tendo-se registado a presença de todos os deputados.

O senhor Presidente da Assembleia iniciou os trabalhos com a leitura da ordem de trabalhos para a presente sessão. Após o que interveio a deputada Maria José Martins Guerreiro Chaves, eleita pela CDU, solicitando a alteração à alínea f) da ordem de trabalhos, propondo que a mesma passasse a ter a seguinte redação: - **“ Cessação do contrato de arrendamento do terreno do Parque de Campismo, informação.”** Argumentando que o assunto trazido à apreciação da Assembleia de Freguesia é muito delicado e não vem acompanhado da informação necessária a uma tomada de posição.

Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia colocou a votação a aceitação da proposta de alteração à ordem de trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, quando estavam presentes todos os deputados.

De seguida a deputada Maria José Martins Guerreiro Chaves (CDU), pretendeu ler a justificação da proposta de alteração à alínea f), não tendo o senhor Presidente da Assembleia autorizado, dizendo que se a alteração fosse aceite a justificação seria lida nesse ponto da ordem de trabalhos.

Interveio o deputado Brunho Cabecinha, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, dizendo que sem conhecimento da justificação que motivou o pedido de alteração à alínea f) da ordem de trabalhos, tinha dificuldade em tomar uma posição.

Seguidamente, interveio o deputado, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, dizendo que o grande problema é que as atas do executivo não são públicas, ninguém sabe quais os assuntos que o executivo discute, nem qual o posicionamento e as decisões do mesmo, este caso é um exemplo disso. Continuou: -“ Temos uma série de propostas concretas para deliberar em que não existe uma base informativa. A posição da deputada Maria José é corretíssima, pois a maioria dos deputados desta Assembleia não conhece o

historial do arrendamento, e remete-se para a Assembleia uma decisão, sem sabermos o que foi discutido e qual a deliberação do executivo, isto acontece em relação a este assunto, como a todos os outros e perguntou: Como é possível trazer assuntos à Assembleia de Freguesia, para que esta se pronuncie, se tão pouco tenho conhecimento das atas e respetivas deliberações. E acrescentou, já houve aqui situações em que nós questionámos e não fomos esclarecidos, nem tão pouco nos foi dada uma resposta, aliás fomos enganados e um caso concreto está aqui na ordem de trabalhos e tem a ver com o Lavadouro, no dia 30 de junho, numa sessão desta Assembleia, foram levantadas várias questões e nunca houve da parte do executivo uma informação concreta e hoje está incluído na ordem de trabalhos, um projecto, como facto consumado, decidido nos dias 15 de abril e 17 de junho, quinze dias antes da reunião da Assembleia.”

Interveio o senhor Presidente da Assembleia dizendo que este órgão tem sido remetido para um plano secundário, não só a nível da informação, que lhe devia chegar através da Junta de Freguesia, mas também através da Câmara Municipal. A Câmara faz de conta que a Assembleia não existe, para ela só existe a Assembleia Municipal, e exemplificou com a última reunião da Pólis em que a Assembleia de Freguesia não teve conhecimento oficial do que ia acontecer e continuou. “ Tem de haver respeito pela Assembleia, tem de haver respeito por nós enquanto representantes da freguesia.”

Continuou dizendo: - “ Relativamente a esta alínea f) eu, ao colocar à votação a alteração do respetivo conteúdo, é para que possamos vir a discutir efetivamente a informação recebida através do ofício da Câmara Municipal, que vos irei ler a seguir e que na minha perspetiva não é a melhor forma de ultrapassarmos um assunto que tem 25 anos.”

Interveio o deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, dizendo:- “ É por isso que eu levanto o problema, recebi a convocatória desta Assembleia via email e depois em papel, mas sem documentação, a qual só foi entregue mais tarde, mas antes disso, no dia 21 de junho, desloquei-me à Junta de Freguesia e apresentei um requerimento em que solicitava que me fossem fornecidas as cópias das atas das reuniões do executivo, de julho a dezembro. Como é que vou discutir e analisar matérias sobre as quais não sei qual foi a posição assumida pelos diferentes elementos que fazem parte do executivo, embora as reuniões sejam públicas nunca são publicadas as atas das reuniões, como é que eu estou habilitado a pronunciar-me sobre a matéria? No dia em que venho recolher os documentos, passados dois dias, perguntei se havia resposta ao meu requerimento, se

havia as atas para serem entregues e não havia. Fiquei com uma série de documentos, sem saber qual tinha sido a posição da Junta. Esta Assembleia só pode funcionar conscientemente se tiver acesso a todos os documentos, hoje é um marco para mim, só me pronunciarei sobre matéria nesta Assembleia se tiver toda a documentação e se o estiver a fazer conscientemente.”

O senhor Presidente da Assembleia lembrou que no seu primeiro mandato era prática serem distribuídas as atas do executivo referentes ao trimestre anterior, mais tarde pensou-se em publicar as atas online, coisa que também não aconteceu e acrescentou que a transparência deve ser apanágio tanto da Junta como da Assembleia de Freguesia e que é apologista que as atas quer da Junta quer da Assembleia sejam publicadas no site da Junta de Freguesia, para que os eleitores possam estar devidamente informados.

De seguida propôs que se votasse a alteração da alínea **f)**, da ordem de trabalhos.

O deputado Bruno Cabecinha, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, disse não ser possível votar a alteração à alínea **f)** sem conhecer a respetiva fundamentação.

O Presidente da Assembleia respondeu que não coloca à votação a fundamentação, porque há normas e regras a cumprir.

O deputado Bruno Cabecinha lembrou que estamos há vinte minutos neste impasse e que a fundamentação já podia ter sido lida e que assim vamos votar uma alteração cujo sentido não conhecemos.

Interveio a senhora Presidente da Junta dizendo que a Assembleia tem as suas regras, o seu regimento, mas que o senhor Presidente tem que dar espaço aos deputados para se manifestarem, porque se um deputado apresenta uma proposta deve ter direito de a fundamentar, senão os restantes não sabem o que estão a votar. E terminou dizendo que estão a criticar a Junta porque não esclarece e agora estão a fazer o mesmo, não lhe parecendo muito coerente.

Posto isto foi a alteração à alínea **f)** da ordem de trabalhos submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, quando estavam presentes, todos os deputados, passando a ter a seguinte redação:

f) - Cessação do contrato de arrendamento do terreno do Parque de Campismo, informação.

1- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -

Interveio o senhor António Ângelo que colocou as seguintes questões ao executivo:

- Porque é que este ano não há nem uma luz de Natal na Avenida;
- Porque é que estando a Junta a disponibilizar luzes de Natal aos comerciantes e tendo ele um estabelecimento comercial, ninguém lhe perguntou se queria iluminação de Natal;
- Porque é que as luzes das igrejas não estão ligadas aos cabos de eletricidade;
- Disse ainda que o uso de roça matos é proibido dentro das localidades, que a Junta mandou cortar ervas numa rua que vai ser intervencionada, que o trabalhador que manuseava a máquina não tinha competência para o fazer e que durante o trabalho tinham mandado ervas para cima da sua esplanada;
- Disse também que esta reunião não estava publicitada na página de facebook da Junta a qual apenas contém meia dúzia de coisas sem sentido;
- Terminou dizendo que o fogo-de-artifício do ano passado havia sido um fiasco e que esperava que este ano fosse melhor.
- De seguida interveio o senhor João Saraiva, que começou por dizer que é um clandestino do Galeado, onde mora há 40 anos e perguntou à senhora Presidente da Junta se já tinha passado por lá alguma vez, fora do período eleitoral, se já se tinha apercebido que os clandestinos pagam as mesmas taxas e impostos que os não clandestinos da vila, não tendo iluminação digna, porque a maior parte do tempo está desligada ou avariada;
- Também falou sobre o mau estado dos caminhos;
- Referiu-se ainda ao lixo que chega a estar 15 dias sem ser recolhido;
- Perguntou quem tinha decidido a rua que ia ser alcatroada e se os moradores foram chamados a pronunciar-se;
- Quis também saber se Brunheiras e Galeado têm alguém responsável e eleito por quem;
- Lamentou ainda, que sendo técnico da Direção Geral de Energia a Junta nunca lhe tenha solicitado apoio, nem sequer para montar um quadro para uma festa.

Interveio o senhor Fernando Canhestros, dizendo que o motivo que o trazia ali era o mercado da freguesia, onde exerce a sua actividade de comerciante, chamou a atenção para os cabos de aço que seguram as luzes, os quais estão a ficar podres e em risco de caírem;

- Levantou também a questão de os clientes se queixarem, no inverno, das correntes de ar e da chuva que entra dentro do mercado e no verão do calor, que derrete o gelo, aquecendo os produtos que estão à venda.

A senhora Presidente respondeu às questões colocadas:

- Relativamente às luzes de natal são fornecidas aos comerciantes que as solicitem, sendo ligadas à eletricidade do comerciante;

- Em relação às luzes que foram colocadas na igreja existia um cabo para as ligar, mas este ano quando chegou a altura de fazer a ligação o senhor padre não encontrou o cabo e não foi feita a ligação na igreja antiga, quanto à igreja nova a ligação foi feita como de costume.

Relativamente ao uso do roça matos a senhora Presidente passou a palavra ao senhor Secretário para responder, no entanto verificou-se que neste momento não se encontrava na sala o senhor António Ângelo, que tinha colocado a questão, tendo sido tomada a opção de aguardar pelo seu regresso, para dar a resposta.

Entretanto a senhora Presidente passou a responder às questões colocadas pelo senhor João Saraiva:

- Relativamente às avarias na iluminação pública a senhora Presidente informou que na fatura da eletricidade vem um número de telefone para o qual podemos ligar a reportar a avaria;

Quanto à questão de conhecer o Galeado, disse que conhece efetivamente o Galeado;

Em relação à questão do lixo, comentou a falta de civismo por parte de alguns cidadãos; informou que existe por parte da Câmara um serviço de recolha de lixos verdes e monos e que existe em Odemira um depósito para colocar o entulho. Disse ainda que, quando as pessoas têm lixo devem telefonar para a Câmara ou dirigirem-se à Junta de Freguesia e combinarem o dia da recolha, em vez de estarem o colocar o lixo em locais indevidos;

Em relação à estrada Brunheiras/Galeado, quem esteve envolvida, foi a comissão de moradores e isso foi muito antes de este executivo tomar posse. Acrescentou que houve uma Assembleia de Freguesia extraordinária em 27-10-2015, com o vereador Hélder Guerreiro, para esclarecer a população sobre esse assunto.

Em relação à questão de quem constitui a comissão a senhora presidente passou a palavra ao deputado Francisco Lampreia, Presidente da Comissão de Moradores, que

informou que acompanhou as decisões e os trabalhos que dizem respeito à zona, juntamente com a Câmara e o anterior executivo.

Retomou a palavra a senhora Presidente que esclareceu que a recolha do lixo doméstico é feita pela Câmara e que a Junta desconhece a situação relatada pelo senhor João Saraiva, quanto ao lixo estar 15 dias sem ser recolhido, a senhora Presidente pediu que quando se verifique uma situação idêntica de dirijam à Junta, para esta comunicar com a Câmara a saber o que se passa.

Neste momento voltou à sala o senhor António Ângelo, tendo o senhor Secretário terminado a resposta às questões colocadas:

- O senhor Secretário da Junta explicou que o senhor António Ângelo se tinha dirigido à Junta a queixar-se que os trabalhadores da Junta estavam a mandar pedras para cima dos seus clientes e que lhe tinha respondido que ele devia ter pedido ao rapaz para parar e depois é que se dirigia à Junta de Freguesia, que era para não aleijar ninguém. Quando lhe disse que ia pedir ao rapaz para parar o trabalho, o senhor António Ângelo respondeu-lhe que ele já se tinha ido embora. O senhor Secretário acrescentou que o senhor António Ângelo lhe havia dito: - “ Não se entende porque é que estas ruas estão a ser intervencionadas, se daqui a meia dúzia de dias vão ser todas esburacadas ao que ele lhe respondeu “ Porque se calhar você gostava de ter as ervas roçadas, para receber os seus clientes agora na altura do Natal e passagem de ano.”

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Fernando Canhestros a senhora Presidente respondeu:

- Que ia ver a questão dos cabos, que desconhecia, quanto às correntes de ar disse que é uma situação difícil de resolver, pois as portas ficam defronte umas das outras, quanto ao calor disse que ia ver o que é possível fazer para melhorar a situação e lembrou que este ano já tinha sido feito um investimento significativo no mercado, com a reparação das câmaras frigoríficas.

Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a)– **Leitura, discussão e aprovação das atas das sessões de 29-09-2015 e 27-10-2015:** - Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares fotocopiados das atas das sessões de 29-09-2015 e 27-10-2015, que foram previamente entregues com a restante documentação para esta sessão, foi dispensada a respetiva leitura.



Antes de o senhor Presidente da Assembleia colocar à votação as atas, o deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, pediu a palavra e fez a seguintes declarações de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, membro da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, no exercício das competências que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nomeadamente alínea K) nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12/09 e, alínea A) do nº 1 do artigo 12 do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes; declara votar contra a acta número 6 de vinte e nove de Setembro de dois mil e quinze, pelos seguintes motivos:

1º - A ilegalidade cometida pela Senhora Presidente de Junta, respondendo ao solicitado pelo eleito, já decorridos três meses não tem de constar na acta, porque não é uma resposta à Assembleia de Freguesia, mas sim ao eleito requerente.

A inclusão na acta da Assembleia de Freguesia da resposta é uma forma de branquear e legalizar a ilegalidade cometida.

2º - Disse o senhor Presidente da Assembleia, segundo o que consta em acta:- “Relativamente aos requerimentos entregues pelo deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, última sessão, disse que estes foram entregues na Junta de Freguesia, mas em determinada altura a Presidente da Junta pediu que efetuasse requerimento a solicitar a resposta aos mesmos. Na sua perspetiva pensa não haver necessidade mas ela assim o entendeu, como há cerca de 15 dias ou mais fez o requerimento, a senhora Presidente respondeu, entregando-lhe hoje os documentos, não teve oportunidade de os ler, irá fazê-lo aquando do intervalo e transmitirá a resposta ao Sr. Deputado.”

3º - Em nenhum dos meus requerimentos, consta ou faço referência ao Tribunal de Contas, faço sim, ao Tribunal Constitucional.

4º - Não posso continuar a admitir, que a Senhora Presidente continue a mentir e a cometer ilegalidades formais e processuais, que ficam impunemente em acta.

Vila Nova de Milfontes, 28 de Dezembro de 2015
(José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço)



DECLARAÇÃO DE VOTO

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, membro da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, no exercício das competências que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nomeadamente alínea K) nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12/09 e, alínea A) do nº 1 do artigo 12 do Regulamento da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes; declara votar contra a acta número 7 de vinte e sete de outubro de dois mil e quinze, porque a mesma não traduz minimamente o que se passou na sessão da assembleia.

Vila Nova de Milfontes, 28 de Dezembro de 2015

(José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço)

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia disse que: - “ Quanto à ata número seis o que está transcrito foi exatamente o que se passou, relativamente ao pedido que foi feito à senhora Presidente da Junta. Se me perguntar se é prática corrente entre a Junta e a Assembleia, os pedidos serem feitos por escrito, eu digo-lhe que não é, mas daquela vez foi.

Em relação à ata número sete, refere-se a uma Assembleia extraordinária que tinha como objetivo tratar de um assunto muito específico, que era a estrada de ligação entre Brunheiras e Galeado. A reunião descambou, o ponto específico não foi tratado, falou-se de muita coisa menos do que era importante. A única informação que temos em relação àquele assunto é que vai começar em 2016 e terminar em 2017, com um custo entre os 160 e 200 mil euros.

Colocadas, à votação, foram as atas das sessões de 29-09-2015 e 27-10-2015, aprovadas por maioria, com um voto contra do deputado, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, quando estavam presentes, todos os deputados.

b) – Leitura do expediente: - Foi presente um ofício do Município de Odemira dando conta da deliberação tomada relativamente à denúncia do contrato de cedência de direito de superfície por 25 anos, estabelecido em 12-12-1991, entre a Câmara Municipal de Odemira e Campiférias S.A. – Relativa à área de 10 087 m², destinada à ampliação do Parque de Campismo “CAMPIFÉRIAS” em Vila Nova de Milfontes.

Após a leitura do ofício da Câmara Municipal e tendo em atenção que o assunto tratado é o mesmo da alínea f) da presente ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia propôs que se iniciasse de seguida a discussão daquela alínea, tendo a Assembleia de Freguesia aprovado esta alteração, por unanimidade, quando estavam presentes todos os deputados.

f)– Cessação do contrato de arrendamento do terreno do Parque de Campismo, apreciação: - A senhora Presidente da Junta começou por dizer que não há um contrato de arrendamento, há uma promessa de contrato de arrendamento, datada de junho de 1993, o arrendamento já existia anteriormente, mas essa promessa de contrato só foi feita em 1993 e nunca chegou a tomar a forma de contrato.

Interveio o deputado Bruno Cabecinha, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, que esclareceu: - “ Só posso falar do que vi, e o que vi é que existia um contrato que foi celebrado em 1985 com a Intersindical, depois existem uma série de documentos que nunca foram formalizados relativamente à constituição do direito de superfície, há imensos protocolos e minutas, mas nada foi formalizado, mais tarde há um contrato de promessa de distrato do contrato de arrendamento à Intersindical, que nesse mesmo documento contém uma promessa de arrendamento, isto data de 1993, daquilo que eu vi não existe formalização do contrato definitivo, nem foi distratado o contrato inicial, nem foi celebrado posteriormente o contrato de arrendamento, isto foi o que eu vi. Agora o que aconteceu na prática de acordo com a minha ótica e a documentação que analisei, uma das questões que era afluída nesse documento de 1993, era a indemnização que a Campiférias pagaria ao sindicato pelas benfeitorias que lá foram feitas. Para mim é óbvio que independentemente de não ter sido formalizado o contrato definitivo por escrito, existe e está em execução um contrato de arrendamento com a Campiférias, o prazo do contrato seriam os 25 anos, portanto há aqui um imbróglio jurídico. Na prática temos um contrato em execução que não foi submetido a escrito, temos um contrato anterior de arrendamento que também nunca foi revogado por escrito, mas aquilo que nós sabemos é que a partir de 1993 há aquele contrato promessa com a Campiférias. Há muitas questões aqui, mas de acordo com a

jurisprudência das cautelas, acho que o prudente seria admitir que o que está em execução é o tal contrato de arrendamento celebrado com a Campiférias.”

Acrescentou ainda e relativamente ao ofício da CMO que: - “ A denúncia ali feita refere-se apenas a uma parte do terreno que é ocupado pelo Parque, uma parte pertence ao Município, outra à Freguesia e outra à Campiférias. A questão que agora se põe é que com a denúncia agora feita pela Câmara o futuro do Parque está comprometido e não é por nenhuma decisão que seja tomada aqui.

Interveio a deputada Susana Silva, eleita pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, que perguntou se a Junta e a Campiférias se juntarem, o Parque tem viabilidade.

O deputado Bruno Cabecinha, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, respondeu que caso o Município não legalize essa alteração, a Campiférias não tem outra alternativa senão fechar as portas.

Interveio o deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, que informou que o contrato com a Junta resulta de uma situação em que a Junta era sócia da Intersindical e acrescentou: “ O que estranho aqui é a razão que leva a Câmara, nesta altura a dar conhecimento à Assembleia da decisão tomada em relação à denúncia de contrato, Para quê? Para a Assembleia discutir o problema da Câmara ou para com esse documento condicionar a decisão que esta Assembleia possa tomar sobre a mesma matéria, mas na parte que lhe pertence. É sobre isto que eu tenho dúvidas, sermos informados nesta altura da decisão, que a Câmara já tomou numa situação idêntica.

Interveio o Presidente da Assembleia de Freguesia, que disse ser este um assunto da Câmara Municipal, sobre o qual não devemos deliberar absolutamente nada.

O deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, acrescentou: -“ Nem deliberar nem sermos influenciados por esse documento.”

Interveio a deputada Maria José Martins Guerreiro Chaves, eleita pela CDU, dizendo que pelo que depreende da leitura do ofício enviado pelo Município de Odemira, parece-lhe que a Câmara apenas enviou uma informação à Assembleia sobre uma situação que já está decidida. E continuou dizendo: - “ O nosso problema, esse sim, é que tem que passar por nós, o resto está decidido, não temos que opinar. Temos de deliberar sobre a nossa parcela de terreno, mas para isso tem de haver informação prévia, informação essa que não nos chegou, a convocatória foi feita e não nos chegou

nenhuma documentação referente a este ponto da ordem de trabalhos, portanto nunca podia ser para deliberarmos, apenas podia ser para nos informarem e essa pertinência estava na proposta que eu apresentei e que podia ter sido lida e deixar-nos a todos elucidados.”

Interveio o deputado Francisco Lampreia, eleito pelo PS, que lamentou a forma como o senhor Presidente da Assembleia se dirige e trata os deputados. Relativamente a este assunto disse: - “ Está aí uma denúncia de contrato, para que o contrato cesse com os prazos e valores atuais, mas talvez para depois fazer outro contrato com outros prazos e valores, talvez não esteja em causa o futuro do Parque, devemos tentar perceber qual é a intenção da Câmara. Claro que nós também temos que dizer qual é a nossa intenção e discutir aqui qual a importância para a vila daquele Parque, nomeadamente a nível dos postos de trabalho, devemos debater o assunto e perceber qual a melhor solução para a freguesia, seja ela qual for.”

A deputada Susana Silva eleita pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, disse pensar que a Câmara já tinha tomado uma decisão quanto ao futuro do Parque.

O deputado Bruno Cabecinha eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, disse que pode ter havido alguma infelicidade na forma como foi redigido este ponto da ordem de trabalhos e que das conversas que tinha tido com a senhora Presidente de Junta tinha depreendido que a Junta não tinha tomado nenhuma decisão sobre o assunto, e o que pretendia era trazê-lo a debate para a Assembleia, relativamente à continuidade do contrato disse ser prudente denunciá-lo, para não correremos o risco de ele se manter por mais 25 anos nas mesmas condições, assim poderemos negociar com tranquilidade.

De seguida interveio o deputado Manuel Tomásia Domingos, eleito pela CDU dizendo: - “ Achamos que é uma situação complicada que dura há dezenas de anos, tem cerca de vinte trabalhadores efetivos e traz muitas dezenas de pessoas à nossa vila, acho que devíamos todos fazer um esforço e tentar resolver este grande problema, daí a razão de eu perguntar qual é a posição da Junta de Freguesia em relação ao assunto e em relação à posição da Câmara, visto o Parque ser inviável sem a parcela de terreno da Câmara.”

Em resposta a senhora Presidente da Junta disse que em relação ao terreno do Município, o assunto já foi aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal e continuou:- “ A nossa posição é que não devemos continuar o arrendamento por mais



25 anos e com estes valores, a Junta deseja cessar o contrato, para depois poder renegociá-lo, mas não vamos ser apenas nós, executivo, a discutir esta questão, temos de defender os interesses da freguesia, o valor da renda, por aquela extensão de terreno, nos dias de hoje, é pouco. Nós temos fracos recursos, financeiros e humanos, temos pouco património. Por isso, devemos denunciar o contrato para depois podermos renegociar de forma a que se chegue a um acordo. Não queremos acabar com a Parque, queremos apenas renegociar o valor e por períodos mais curtos.”

A primeira Secretária da Assembleia leu a proposta de alteração apresentada pela deputada, Maria José Martins Chaves, eleita pela CDU:

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Proponho à Assembleia que o ponto f) da ordem de trabalhos, da presente reunião, cujo teor é: “ Cessação do contrato de arrendamento do Parque de Campismo, apreciação e deliberação”, passe a ter a seguinte redacção:

“Cessação do contrato de arrendamento do Parque de Campismo, informação”

Esta proposta deve-se a)

- 1- O assunto proposto para “ deliberação” afigura-se delicado e a exigir informação e reflexão prévias;
- 2- Não foi enviada para os deputados da Assembleia com a convocatória, qualquer documentação pertinente – Contrato ou contratos, decisão os decisões antes tomadas sobre o assunto que possibilitassem uma informação e reflexão;
- 3- Não sendo assim exequível em consciência uma tomada de posição justa e adequada aos interesses da Freguesia, considero que o mencionado ponto f) deve, , nesta reunião, ter apenas carácter informativo e não deliberativo.

Vila Nova de Milfontes, 28 de Dezembro de 2015, em reunião ordinária da Assembleia de Freguesia.

A Proponente

Maria José Martins Guerreiro Chaves, eleita pela CDU

Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

c) – **Apreciação de assuntos de interesse para a Freguesia:-** Interveio o deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, que apresentou a seguinte:

RECLAMAÇÃO E PROTESTO

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, membro da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, no exercício das competências, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nomeadamente alínea K) n.º 2 do artigo 9º do Lei 75/2013 de 12/09 e, alínea C) n.º 1 do artigo 12º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes; vem apresentar reclamação e protesto, pelo incumprimento contínuo da Senhora presidente da Junta de Freguesia em cumprir a legislação, nomeadamente alínea d) do n.º 1 do artigo 18º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Considerando, que a 30 de Junho de 2015 na sessão da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, numa intervenção disse:- “Já me constou que há uma negociação com o empreiteiro para derrubar aquilo e fazer uns balneários novos, então é natural que eu pergunte, se aquilo é património da Junta, quem é que decide estes atos, e a Assembleia de Freguesia não tem voto na matéria?

Em resposta a Senhora Presidente respondeu-me: - Relativamente a destruir os balneários, existe uma intenção do proprietário do prédio ao lado fazer uma obra de melhoramento naquelas instalações, o que nós Junta de Freguesia agradecemos, porque aquelas instalações não têm condições e não é já o Lavadouro que foi outrora, se temos alguém disposto a melhorar aquelas condições porque não aceitar? Não vai deixar de ser nosso património.

Voltei a intervir e consta em acta.

Interveio o deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, dizendo que em relação ao Lavadouro a sua preocupação inicial mantinha-se e não reconhece que três pessoas, apesar de serem o executivo, possam decidir sobre o património de Vila Nova de Milfontes, se vão derrubar, porque há um benemérito que paga as despesas, não lhes reconhece autoridade, nem legitimidade, seja de que tipo for, terá que vir a esta Assembleia o projecto de qualquer intervenção que queiram fazer no Lavadouro e concluiu dizendo:- “E se assim não for, se tentarem fazer de outra maneira desde já digo, que na qualidade de Deputado apresentarei uma providência cautelar junto do Ministério Público”.



Interveio o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que não é necessário, porque se esse documento não chegar à Assembleia a legislação se encarrega de o inviabilizar.

Interveio o deputado Francisco Lampreia eleito pelo PS, que disse que sendo os Balneários uma obra de raiz é importante que a Assembleia se pronuncie sobre o projecto.

Acta de 15.04.2015 de reunião de Junta

Sanitários e Balneários da rua do Lavadouro/Avenida Marginal, em Vila Nova de Milfontes.

Foi presente proposta do Sr. Victor Pedro, para remodelação/construção do edifício dos sanitários e balneários – tendo sido aprovado por unanimidade, quando estavam presentes todos os membros do executivo.

Acta de 16.06.2015 da reunião de Junta

Sanitários e Balneários na Rua do Lavadouro/Avenida Marginal, em Vila Nova de Milfontes.

Foi presente o projecto de remodelação, dos sanitários e balneários apresentado pelo Sr. Victor Pedro, depois de analisado, foi o referido projecto submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Perante os factos, não restam dúvidas, que a Senhora Presidente mente a esta Assembleia e comete ilegalidades.

No dia 21 de dezembro de 2015, pelas onze horas, porque ainda não tinha recebido a documentação para a Assembleia, desloquei-me à Junta e apresentei requerimento, solicitando as actas das reuniões do executivo de julho a dezembro.

As actas a que tive acesso, não abordam a actividade do executivo, nem têm relatos das matérias discutidas e analisadas.

Como podemos discutir e analisar os documentos da ordem de trabalhos, se as actas do executivo não são públicas e não temos conhecimento da forma das deliberações, sobretudo sendo o executivo constituído por três forças partidárias diferentes.

Exijo o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição;

Exijo todos os documentos anexos às actas e que são parte integrante das mesmas, mas, que não foram entregues com as cópias das actas até junho de 2015;

Exijo, que me sejam entregues cópias das actas e dos apensos às mesmas, das reuniões do executivo.

Se a referida documentação não for entregue, não estão reunidas as condições, para esta sessão da Assembleia de Freguesia entrar no período da ordem do dia, se tal acontecer, terei que abandonar o plenário, por não reunir condições para o exercício do cargo e funções para que fui eleito, pelo que abandonarei a sessão.

Vila Nova de Milfontes, 28 de dezembro 2015

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço

Finda a intervenção do deputado, um elemento do público, senhor António Ângelo, tentou intervir, tendo-lhe sido pedido que aguardasse pelo Período de Intervenção Aberto ao Público.

Seguidamente interveio o deputado Manuel Tomásia Domingos que colocou as seguintes questões:

Relativamente à estrada da aldeia Bogaga, perguntou se já foi tomada alguma medida para melhorar a situação dos habitantes que têm as casas a um nível mais baixo que a estrada;

Perguntou também se é possível fazer alguma coisa para controlar a velocidade na estrada municipal da Ribeira da Azenha, pois a sinalização não é respeitada e já ocorreram lá alguns acidentes que causaram mortes.

Interveio a deputada Eufémia Costa, eleita pelo PS, informando que o período de participação preventiva no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Odemira (PDM) decorre até ao dia 22 de janeiro de 2016 e que os interessados podem agora formular sugestões ou apresentar informações que possam ser consideradas no âmbito da revisão do plano, os formulários encontram-se disponíveis na secretaria da Junta de Freguesia ou no site do Município e lembrou que é uma oportunidade para a população de Vila Nova de Milfontes fazer as suas sugestões.

A senhora Presidente da Junta acrescentou que este é o momento de fazermos sentir o que nos faz falta e reivindicarmos alguns melhoramentos e equipamentos para a nossa freguesia.

Interveio o deputado Francisco Lampreia, eleito pelo PS, que disse que gostaria de aproveitar esta oportunidade para realçar algumas coisas positivas que têm acontecido na nossa freguesia, nomeadamente:

O facto de termos ganhado o orçamento participativo, tendo aqui realçado o esforço e empenho da deputada Eufémia Costa, para que tal tivesse acontecido;

Relativamente aos Balneários disse que aquele espaço bem aproveitado pode ser uma mais-valia para a população de Vila Nova de Milfontes, considerando o projecto bastante positivo;

Destacou as obras do Malhão que estão a finalizar e o trabalho espetacular que foi realizado, lamentando apenas que a estrada não seja alcatroada;

Realçou que também temos obra a acontecer em Vila Nova de Milfontes, e lembrou que estamos sempre a dizer que não acontece nada, mas agora temos o Malhão, temos o Pólis que vai avançar, temos obras a serem feitas pela Câmara, a vila fica valorizada e todos ganhamos com isso;

Em relação ao mercado das Brunheiras perguntou se há algum avanço relativamente à falta de ordenamento do espaço;

Em relação à estrada da Ribeira da Azenha disse que devíamos sugerir à Câmara a colocação de semáforos, de forma a controlar a velocidade no local.

Interveio o deputado Bruno Ribeiro dos Reis Cabecinha, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, que disse:- “ Queria só fazer uma pergunta ao executivo, sei que a responsabilidade não é vossa, mas foi uma preocupação que me trouxeram e que tem a ver com o posto de abastecimento dos barcos dos pescadores no Portinho do Canal, porque segundo fui informado, o senhor que faz o abastecimento informou que hoje é a última vez. Os pescadores dependem do gasóleo agrícola para o seu trabalho, sei que não é da responsabilidade da Junta, mas podem ter alguma informação que ajude a esclarecer a situação.

Interveio o Presidente da Assembleia de Freguesia, que informou que o senhor que abastece o Portinho do Canal está a perder dinheiro, acrescentou que existe alguma animosidade entre os pescadores profissionais e os da marítimo-turística, os pescadores profissionais não têm aceitado bem os da pesca desportiva, mas têm sido os barcos da pesca desportiva que têm salvaguardado o não fechamento da Doca Pesca de Vila Nova de Milfontes;

Referiu-se também ao oleão, a quem ninguém liga, o óleo está em latas completamente abertas e acrescentou que com a chuva tudo aquilo enche e escorre para dentro da poça;

Disse também que a parte de trás do novo guincho está transformada num sanitário, com dejetos por todo o lado;

Disse ainda que a maioria, das casinhas do canal estão a ser transformadas em dormitórios e que também temos as do cais cuja utilização deve ser avaliada;

Concordou que as obras do Malhão estão muito boas, mas não concorda que de futuro se venha a asfaltar aquela estrada até à praia, manifestou ainda preocupação com a manutenção e fiscalização daquele espaço;

Chamou também a atenção para a necessidade de socorrer os candeeiros do Farol que estão a ficar completamente corroídos pelo salitre;

A senhora Presidente e o senhor Secretário da Junta informaram que os mesmos já estão a ser substituídos.

O Presidente da Assembleia chamou ainda a atenção para a necessidade de colocar cinzeiros e papeleiras pela Vila, porque segundo ele temos poucas e deterioradas;

Fez também menção aos abrigos de passageiros que a Junta está a construir, dizendo que nas Brunheiras e na periferia da freguesia ficam bem, mas que dentro da localidade devemos ter outro tipo de abrigos, disse que também não concorda com os bancos de alvenaria, deviam de ter umas ripas de madeira de forma a ficarem com melhor aspeto e mais confortáveis;

Manifestou satisfação pelas obras do Pólis;

Relativamente ao jardim lamentou que não tivesse uns sanitários, que dêem resposta às necessidades dos muitos frequentadores do local, não faz sentido que a sede do Clube desportivo sirva de apoio ao jardim;

Informou ainda a Assembleia que tinha estado no Congresso da Anafre, realizado nos Açores nos passados dias 7 e 8 de novembro passado, considerou que grande parte dos autarcas que lá estiveram têm como objetivo principal defenderem os seus interesses pessoais e poucos falaram sobre as suas populações e as suas freguesias;

Por fim disse que a sua ida ao congresso tinha tido como custos para a Junta, a passagem aérea, a estadia no hotel e uma deslocação de táxi.

Interveio a deputada Maria José Martins Guerreiro Chaves, eleita pela CDU, que disse que qualquer empresa que se lembre vem colocar placas publicitárias em

Milfontes, e deu como exemplo as placas do ALDI, continuou dizendo que tinha perguntado ao senhor Secretário da Junta se a colocação das mesmas tinha sido autorizada e que ele lhe havia dito que não. Lembrou que há regras e leis que são para cumprir.

Interveio a deputada Susana Ferreira da Silva, eleita pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, que perguntou, qual os assuntos tratados na reunião com Conselho de Segurança;

Disse também que tinha gostado muito da Feira de Natal Solidária e perguntou de quem foi a iniciativa e qual a causa apoiada.

Respondendo às questões colocadas a senhora Presidente da Junta disse:

Relativamente à rua da aldeia Bogaga o tratorista já lá esteve várias vezes, mas é uma situação muito complicada, uma vez que as casas estão a um nível mais baixo do que a estrada;

Em relação à velocidade a que os carros passam na estrada da Ribeira da Azenha, lamentou a falta de civismo e de cumprimento das regras de trânsito por parte dos automobilistas, e acrescentou: - “ O que nós, enquanto Junta de Freguesia podemos fazer é alertar a Câmara, no sentido de ser colocado algum dispositivo, nomeadamente semáforos, para controlar a velocidade;

Nesta altura o senhor António Ângelo, que já tinha intervindo no período de intervenção aberto ao público, interrompeu a senhora Presidente, proferiu algumas ameaças à senhora Presidente e ignorou os pedidos do senhor Presidente da Assembleia, assim como de alguns deputados, para que deixasse prosseguir os trabalhos da Assembleia, aguardando o segundo período de intervenção aberto ao público para intervir, se assim o desejasse. Perante a recusa do senhor e as constantes interrupções o senhor Presidente da Assembleia telefonou pedindo a intervenção da GNR, após o que o senhor abandonou a sala.

A senhora Presidente da Junta prosseguiu dando resposta às questões colocadas.

Em relação ao abastecimento de gasóleo aos pescadores, informou que já no ano passado o fornecedor tinha manifestado a vontade de desistir, embora depois tenha continuado com o fornecimento, este ano a situação repetiu-se, a senhora Presidente acrescentou que assim que soube da situação através dos pescadores falou com o senhor António Jorge, que é um técnico da Câmara que habitualmente faz a ligação entre esta os pescadores;

Neste momento chegaram dois agentes da GNR, tendo o senhor Presidente da Assembleia relatado a situação passada, as constantes interrupções do senhor António Ângelo, impedido o desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia, informou que o mesmo entretanto se tinha retirado, tendo os agentes tomado conta da ocorrência.

A senhora Presidente da Junta retomou a resposta que estava a dar, dizendo que o problema é que o fornecedor queixa-se que não compensa vir cá, pois só tem prejuízo, acrescentou que já haviam falado com outro fornecedor, mas que também este não se mostrara interessado e que a haver concurso corre-se o risco de este ficar deserto por falta de concorrentes. Adiantou que a solução não só para a questão do gasóleo, como para outras questões, talvez passe por os pescadores se organizarem numa associação,

Quanto à questão do oleão e das bilhas ao lado do oleão, informou que a última vez que foi pedido para virem recolher o óleo, o oleão nem estava meio, são os utilizadores que ao invés de colocarem o óleo dentro do recipiente, colocam-no ao lado.

Relativamente às papeleiras faltam de facto papeleiras em Milfontes, mas vamos ter obras, posteriormente faremos alguma coisa nesse sentido.

Quanto às placas do Aldi disse:- “ Assim que as vi questionei a Câmara, perguntando como é que aquelas placas tinham sido colocadas, se nem sequer tinha sido pedido parecer à Junta de Freguesia, foram averiguar e o que me disseram foi que não tinham sido autorizadas e que iam ser retiradas, mas o facto é que continuam lá.”

A Feira de Natal Solidária foi feita no âmbito da Comissão Social, foi uma iniciativa do Colégio Lápis de Cor, da Associação Rio, com o apoio de alguns pais e crianças e ainda de alguns empresários, a Câmara apoiou e a Junta também colaborou. O objetivo foi a recolha de fundos para a compra de medicamentos para pessoas carenciadas.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

a)– Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apreciação: - Foi presente relatório de atividades da Junta de Freguesia, correspondente ao período transato, a senhora Presidente disse que gostaria de acrescentar ao relatório mais algumas atividades, que por lapso não estavam mencionadas:

7 e 8 de novembro – Congresso da Anafre, nos Açores, onde o Secretário Tiago Ramos, esteve em representação da Junta;



05 de dezembro – Passagem do modelos solidária, no âmbito da Comissão Social;

13 de dezembro – Almoço com os Escuteiros;

19 e 20 de dezembro – Recolha de alimentos levada a efeito pelo Clube Desportivo Praia de Milfontes, a favor da Loja Social;

Tendo a Assembleia de Freguesia tomado o devido conhecimento, e o qual fica arquivado no maço de documentos respeitantes à presente ata.

Em resposta à questão colocada pela deputada Susana Ferreira da Silva, sobre as questões tratadas no Conselho de Segurança, a senhora Presidente respondeu que foi sobretudo a questão dos imigrantes em S. Teotónio.

O senhor Presidente da Assembleia lembrou que tinha recebido uma declaração de protesto do deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP e perguntou à senhora Presidente se ia responder às questões colocadas, pois não queria que o deputado abandonasse a sessão por falta de resposta.

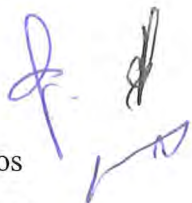
A senhora Presidente respondeu que as atas até junho, tinham sido entregues.

Não havendo intervenções o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos e propôs que se entrasse de seguida na alínea g), por estar relacionada com algumas das questões colocadas pelo deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, tendo a Assembleia concordado.

g) – Informação sobre as obras de remodelação dos balneários da Avenida Marginal, apreciação: - A senhora Presidente disse que tinha falado várias vezes com o Sr. Victor Pedro e que ele tinha manifestado a intenção de melhorar o aspeto dos balneários, e a Junta achou, por unanimidade, que é uma mais-valia para a freguesia, toda a gente conhece os balneários, já não são Lavadouro, e pensamos que com uma situação melhorada a Junta de Freguesia só tem a ganhar.

O objetivo tal como o Sr. Victor Pedro diz na carta é melhorar a frente da construção da obra que está a executar, gostava que a sua envolvimento tivesse melhor aspeto. O objetivo é manter a mesma utilização no piso de baixo, fazer casas de banho e balneários e uma arrecadação, vai contemplar também uma casa de banho para deficientes, no piso de cima terá uma sala ampla, para a utilização que a Junta achar melhor. O edifício é da Junta e continuará da Junta.

Interveio o deputado José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP que disse: - “ É evidente que todos nós



defendemos os interesses de Milfontes e a primeira vez que o processo dos balneários foi falado com o engenheiro Quaresma, foi após a compra da Cerca da Vitória e o processo que ia ser desenvolvido para mim não é novidade, em relação a estas negociações é evidente que apoiarei incondicionalmente, mas não era disto que eu estava a falar, o motivo da minha reclamação e da minha não-aceitação é que no dia 30 de junho todos falamos aqui sobre isso, houve várias pessoas a intervir, eu diretamente questioneei a senhora Presidente, e a senhora Presidente até respondeu. “relativamente à intenção”, como é que eu posso compreender e aceitar isto se o executivo no dia 15 de abril já tinha aprovado por unanimidade a proposta do engenheiro Quaresma Pedro e no dia 17 de junho foi aprovado o projeto, como é que eu compreendo que agora venha na ordem de trabalhos, depois de uma série de peripécias que se passaram, foi-me omitida informação essencial. Não abduco dos meus princípios nem da minha dignidade enquanto membro de um cargo como este.

A deputada Maria José Martins Chaves, eleita pela CDU, considerou a ideia excelente e perguntou se não havia contrapartidas, nomeadamente a utilização do terreno.

O deputado Bruno Ferreira dos Reis Cabecinha, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, congratulou-se pela recuperação dos balneários e considerou que este projeto irá valorizar o património da Junta de Freguesia.

O Presidente da Assembleia propôs que as atas da Junta fossem entregues juntamente com a documentação para as sessões da Assembleia.

O deputado Bruno Ferreira dos Reis Cabecinha, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, considerou que era mais fácil as atas estarem disponíveis no site da Junta.

Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

b) - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016, apreciação e deliberação: - O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos deputados tinham alguma questão a colocar, tendo o deputado Francisco Lampreia, eleito pelo PS, perguntado, se havia algo em vista em relação aos fundos comunitários. A senhora Presidente da Junta respondeu que não e acrescentou em relação ao orçamento, que os recursos e as aplicações são muito semelhantes ao orçamento anterior.

Posto à votação foi este ponto da ordem de trabalhos aprovado por maioria, sete votos a favor e duas abstenções dos deputados José Gabriel Rodrigues Opanashchuk


 Lourenço e Susana Ferreira da Silva, ambos eleitos pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP.

c)- Protocolo a celebrar com a Fundação PT, apreciação e deliberação: - A senhora Presidente começou por dizer há um grupo de trabalho para a biblioteca, que neste momento há uma pessoa que está a inventariar os livros e que o senhor José Carvalho, que é funcionário da PT, lhes tinha transmitido uma situação: a Fundação PT recupera e transforma antigas cabines telefónicas, em cabines de leitura, o José Carvalho informou-se e tentou que nós fôssemos uma das localidades contempladas com uma dessas cabines de leitura. Será uma situação mais virada para o turismo, será colocada junto ao posto de turismo, os interessados levam um livro e deixam outro, é uma forma de promover a leitura, a cabine já vem recheada de livros e mais tarde pode-se pedir o reforço a editoras com as quais a Fundação tem protocolos.

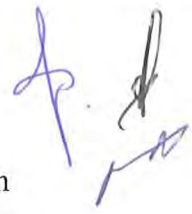
Posto à votação foi este ponto da ordem de trabalhos aprovado por unanimidade, quando estavam presentes todos os deputados.

d)- Regulamento do Concurso Bebés de Milfontes/2016, apreciação e deliberação: - Apreciado o assunto e não tendo sido colocada qualquer questão, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade, quando estavam presentes todos os deputados.

e)- Regulamento de Utilização do Pavilhão Raul Vicente, em Alagoachos, apreciação e deliberação: - A senhora Presidente começou por explicar a razão de ser deste Regulamento: - “Este regulamento surgiu porque não existia regulamento algum e às vezes as situações não são pacíficas de gerir, devido ao aumento da utilização do Pavilhão, tornando-se necessário criar algumas regras como: não comerem dentro do Pavilhão, respeitarem os funcionários etc. Este regulamento foi feito nesse sentido.

Interveio o deputado José Gabriel Rodrigues O Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, que falou sobre as atividades que estão lá instaladas, o regime de exceção das escolas, perguntou se o mini ginásio é uma exceção ou se é para continuar e se os critérios vão ser iguais para todas as modalidades; perguntou também se no caso do mini ginásio o equipamento é usado por todos ou só por aquele grupo específico.

A senhora Presidente respondeu que é utilizado por aquele grupo. Assim como o karaté também tem um espaço e o seu próprio equipamento. Há diversos espaços dentro do Pavilhão que são utilizados por várias Associações, mas quando forem construídas as novas salas, esta situação deixa de ter razão de ser.



O deputado José Gabriel Rodrigues O Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, disse que eram exceções a mais e que o outro Clube de Canoagem não está em circunstâncias de igualdade, senão teria que ter um espaço igual; depois há outras categorias e artes marciais, sem ser o Karaté, que se quiserem usar o Pavilhão não podem, como é que vão articular o regulamento com os regimes de exceção existentes?

Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto da ordem de trabalhos a votação, tendo sido aprovado por maioria, com oito votos a favor e uma abstenção, do deputado do José Gabriel Rodrigues O Lourenço, eleito pela lista Odemira Com Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, quando estavam presentes todos os membros da Assembleia.

h)– Informação sobre os resultados do Orçamento Participativo/2015, apreciação: -A senhora Presidente da Junta informou que mais uma vez ganhamos o orçamento participativo e salientou que é a terceira vez que isto acontece, agradeceu a todos os que se empenharam na mobilização da população, salientou quanto é importante a união em volta de uma só proposta.

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: - Interveio o senhor Luís Freitas que colocou as seguintes questões:

Quando houve a reunião nas Brunheiras por causa da estrada Brunheiras/Galeado, e se falou no problema de as casas estarem a um nível mais baixo do que a estrada, o vereador Hélder Guerreiro disse que iriam ser feitas valas ao lado da estrada e feitas passagens para as pessoas, quis saber se isso ia tinha sido feito ou não;

O site da Internet existe já há muitos anos, coloca lá o conteúdo que lhe é enviado;

Perguntou também se havia algum agendamento acerca das áreas de intervenção do Pólis;

Se havia fiscalização das obras por parte da Câmara;

Quando um comerciante abre um estabelecimento novo, a Junta o informa que estão disponíveis as luzes de Natal?

Interveio o senhor Ventura dizendo que veio aqui como cidadão, para tentar saber mais alguma coisa e o que leva daqui é: lutas políticas e lutas pessoais. Nós esperamos mais qualquer coisa de vocês, disse também que o site de Milfontes é importante, mas vamos lá e só vemos publicidade e publicidade. Considerou também que a senhora Presidente estava mal preparada.

Interveio ainda a senhora Maria Conceição Vaz, considerando que os abrigos de passageiros que estão a ser feitos são um mamarracho e pediu para não continuarem com este tipo de obra;

Em relação ao contrato com a Campiférias, considerou que a Junta devia tomar uma posição idêntica à Câmara.

Interveio o senhor César para dizer que o mercado das Brunheiras continua a vergonha de sempre.

Em resposta a senhora Presidente informou que já existe fiscalização por parte da Câmara;

Quanto às luzes de Natal não existe qualquer procedimento em relação aos novos comerciantes, uma vez que as luzes são cada vez menos.

MINUTA DA ATA

Nos termos do artigo 57º (quinquagésimo sétimo), da lei número 72/2013, de 12 de setembro, foram aprovadas em minuta todas as deliberações tomadas, para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, quando estavam presentes todos os deputados.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

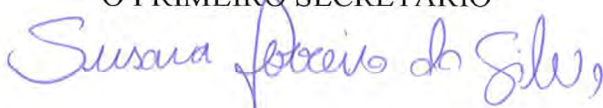
Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, duas horas e trinta e três minutos.

De tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que nos termos da lei vai ser devidamente assinada pelo Presidente e Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

